

MARX, KEYNES & POLANYI E A ECONOMIA DESREGRADA TRÊS CONTRIBUIÇÕES CRÍTICAS AO MERCADO AUTO-REGULADO

José Rubens Damas Garlipp*

Resumo

O texto trata das transformações do capitalismo contemporâneo, sob o conceito de *economia desregrada*, e se ocupa em buscar, nas contribuições críticas ao mercado regulado formuladas por Marx, Keynes e Polanyi, os elementos que permitam reconhecer que a subordinação da dinâmica do capitalismo contemporâneo à lógica das finanças encontra-se inscrita nas tendências imanentes à valorização da riqueza.

Palavras-chave: economia desregrada; mercado auto-regulado; Marx; Keynes; Polanyi.

Código JEL: P16.

Área 1: Escolas do Pensamento Econômico, Metodologia e Economia Política.

MARX, KEYNES & POLANYI AND THE DE-RULED ECONOMY Three Critical Contributions to the Autoregulated Market

Abstract

This paper treats of the transformations of the contemporary capitalism under the concept of de-ruled economy, and search for, in the critical contributions to the regulated market formulated by Marx, Keynes and Polanyi, the elements that allow to recognize that the subordination of the contemporary capitalism dynamics to the logic of the finances is enrolled in the immanent tendencies to the wealth valorization.

Key words: *de-ruled economy; self-regulated market; Marx; Keynes; Polanyi.*

JEL Code: *P16.*

* Professor Adjunto do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia. Doutor em Economia pelo IE/UNICAMP. (jrgarlipp@ufu.br)

MARX, KEYNES & POLANYI E A ECONOMIA DESREGRADA Três Contribuições Críticas ao Mercado Auto-regulado

“... a finalidade direta a que o processo de produção capitalista se propõe, já que o que o capital quer produzir capital... não é nem diretamente um valor de uso para o próprio consumo, nem uma mercadoria a ser convertida, primeiramente em dinheiro e mais tarde em valor de uso. A finalidade deste processo [é outra], é o enriquecimento, a valorização do valor, sua expansão”.
MARX (1863)

“Muitos dos maiores males econômicos de nossa época são frutos do risco, da incerteza e da ignorância. É porque indivíduos particulares, afortunados em sua situação ou aptidões, são capazes de se aproveitar da incerteza e da ignorância, e também porque, pela mesma razão, grandes negócios constituem freqüentemente uma loteria, que surgem as grandes desigualdades de riqueza; e esses mesmos fatores são também a causa do desemprego dos trabalhadores ou da frustração de expectativas razoáveis do empresariado, e ainda da redução da eficiência e da produção”.
KEYNES (1926)

“As origens da catástrofe residem no empenho utópico do liberalismo econômico em erguer um sistema de mercado auto-regulado, uma instituição que não poderia existir sem aniquilar a substância humana e natural da sociedade”.
POLANYI (1944)

1. Nota Introdutória

No presente texto procuramos argumentar que a história econômica do capitalismo, no último quarto do século XX e neste início de novo século, é a de um mundo que perde as suas referências e resvala para a instabilidade e crises recorrentes, na exata medida em que se espraia o desaparecimento das regras e das fronteiras que disciplinam o capital. A *economia desregrada* que então se estabelece parece reprisar, ainda que sob uma moldura diferenciada e mais sofisticada, o quadro instável e crítico dos anos vinte e trinta. É certo que a história não se repete, mas a submissão da economia e da sociedade aos cânones liberais do mercado auto-regulado, agora como lá, nos autorizam o recurso às contribuições de Marx, Keynes e Polanyi, autores que, sob perspectivas teóricas diversas, ao investigarem os fundamentos da riqueza capitalista demonstram a falácia da capacidade de auto-regulação do mercado.

2. A Economia Desregrada

As energias políticas e ideológicas que, desde o segundo pós-guerra, informaram o arranjo societário no Ocidente parecem exauridas. Fundadas na ética da equidade por meios públicos, as energias da Era dourada capitalista encontram-se submetidas à aparente vitória de uma moralidade privada. São advogadas e proclamadas outras energias, agora fundadas em uma ética da eficiência que exalta a liberdade individual, a iniciativa e a responsabilidade pessoal, em franca recusa a toda e qualquer dimensão pública.

A defesa intransigente da primazia da esfera privada sobre a pública tem recebido significativa contribuição dos adeptos da ordem neoliberal. Incansáveis em suas pregações, os advogados do ‘maravilhoso mundo novo’ mostram-se convictos de que a exponenciação da economia de livre mercado

viria reconciliar a humanidade com a natureza. Os homens se dariam conta, finalmente e em definitivo, do grande equívoco em que se revestiu a intenção de moldar as forças naturais. Teria sido inconseqüente, portanto, a tarefa precípua a que se propôs a modernidade, a de estabelecer o fundamento da eticidade não mais em referência aos desideratos da ordem divina.

A busca moderna de um fundamento ético no mundo físico, pelo que sugerem os liberal-conservadores, finalmente descansa no encontro com a ‘eficiência’, erigida ao estatuto de novo totem. Uma eficiência muito própria ao indivíduo autocentrado, presentificado e indiferente ao bem-comum. Sob o signo dessa eficiência, típica de um darwinismo repaginado, se estabelece a ‘cultura da indiferença’ de que nos fala LASCH(1995). Narcísica, ela aprofunda a dissolução das amarras de um cânone compartilhado de valores. Disto decorre que, em prejuízo das utopias, hoje substantivamente segmentadas, torna-se difícil a construção de um bem-comum. Há sim, como nos lembra ECO(1995), uma confederação de bens-comuns, muitas das vezes impermeável ao diálogo das diferenças e ao dissenso. Em tempos, pois, de certezas atormentadas, onde grassa a desintegração dos ‘padrões’ acordados de relacionamento social, e quando os valores universais da modernidade estão à procura de um fundamento físico, se dissemina a falsa idéia de que a ‘globalização’ viria cumprir “o fim da história”.

Ocorre, no entanto, que a exponenciação da economia de livre mercado - manifesta na crescente desregulação dos mercados, no primado da concorrência, na maior mobilidade do capital produtivo e, principalmente, financeiro, na flexibilização das relações de trabalho e nas limitações dos direitos econômicos e sociais dos mais fracos -, deixa revelar o propósito do liberalismo econômico (*liberismo* na acepção de BOBBIO,1984 e 1988): sua instalação se propõe a construir uma estrutura econômica que, a um só tempo, seja estrutura social e estrutura política. A economia do final do século XX, como diz COSTA(1994), tem-se mostrado capaz de devorar a vida social no Ocidente, com pretensões insuspeitas de dar o golpe de misericórdia na vida política.

Nestes tempos de desconstrução, o fato perturbador revelado pelo clima de fim do ciclo estruturalista é que entra em crise a idéia mesma de democracia, cuja expressão mais significativa é a nova pragmática e sua proposta de retorno à problemática do sujeito pela via do individualismo. Noutros termos, o resgate da subjetividade tem-se dado através de um individualismo exacerbado que abre franca oposição ao dissenso. Mais grave, tenta-se execrar o desacordo, reduzindo qualquer crítica ou discordância em relação à ‘nova ordem’ ao limbo da traição aos novos tempos. Os defensores da ‘verdade derradeira’ não se intimidam em mandar às favas o legado humanístico do discernimento, enquanto tentam promover uma idolatria do mercado.

Não é outra a matriz que informa as ações e políticas liberal-conservadoras e reformistas, em seu desiderato de dismantelar o arranjo societário que cunhou o controle sobre o funcionamento dos mercados através da ação do Estado, em especial do *welfare state*. Uma ação complexa e contraditória por natureza, é verdade, mas em cujos imperativos estiveram, ainda que parcialmente, o avanço em direção à democratização dos mercados, a redução das desigualdades e a atenuação do desemprego, como bem assinala HOBSBAWM(1995). Esta pactuação é que conferiu à sociedade, através do Estado, o primordial papel de disciplinamento da economia, hoje sob severa contestação.

O questionamento mais significativo, no entanto, não ocorre pelo discurso. Igualmente, não é pelo discurso que pode ser contra-arrestado. Ele arranca a partir dos movimentos do próprio capital. Dizer isso é dizer que a construção de circuitos internacionais produtivos e, principalmente, financeiros da valorização propõe o dismantelamento do ‘padrão’ global de desenvolvimento herdado do pós-guerra, e daí a dificuldade – mas não a impossibilidade – de se lançar mão das políticas compensatórias dos gloriosos anos 1950 e 1960. Daí também as conseqüências perversas da *economia desregrada* não poderem ser mitigadas pela ação e por políticas públicas. Como assinala BELLUZZO(2003), “a mão invisível celebrada pelos liberais está, mais do que nunca, encarnada no capital financeiro globalizado. Os critérios da política democrática e libertadora não se aplicam à agenda criada pelas forças desse poder que circula entre as nações e circunscreve a capacidade de ação dos governos escolhidos pela vontade popular”. Mas vale notar que tal não se deve à impessoalidade do processo, mas à desoneração das responsabilidades a que estão sendo levados os Estados. Tanto assim que as tentativas de atrelar

programas de bem-estar social ao capitalismo acabam por fracassar, em virtude da crescente mobilidade do capital, responsável por solapar os projetos de reforma (PETRAS,1995), na medida em que os Estados se deixam sucumbir aos programas de ajuste macroeconômicos de estabilização da moeda, e na medida em que se assume não existirem condições de reação. Com efeito, hoje estão menos disponíveis os instrumentos para disciplinar o capital, que, fortalecido e associado ao modelo neoliberal como única forma de defender seus interesses, mostra-se intransigente e resistente às demandas sociais e políticas. Postas nos termos liberistas, tais demandas encontram-se submetidas à lógica de uma *economia desregrada*, que trata de se libertar da disciplina imposta pela sociedade.

É preciso notar que as transformações em curso favorecem uma nova realidade organizacional, mais coesa e centralizada, dos grandes conglomerados protagonistas da financeirização da riqueza. O traço distintivo e decisivo encontra-se na reorganização do sistema financeiro global e na concentração de poder dessas instituições (HARVEY,1993: cap.9), cuja coordenação em escala global sofisticou-se em virtude da proliferação de novos instrumentos e novos mercados financeiros. (PLIHON,1996)

É certo, pois, que a “mundialização” (CHESNAYS,1994) asfixia os Estados nacionais dos controles efetivos, ao tempo em que se acelera a fragmentação dos interesses. Os efeitos mais visíveis desse movimento têm sua expressão na ocorrência de fenômenos sociais e políticos regressivos, mas também econômicos. A crise multifacética que atravessamos é a contraface da contradição imanente a um movimento que erode o Estado-nação, por um lado; enquanto, por outro, o requer para acordar as novas formas de convivência e o ordenamento societário interno às fronteiras nacionais. Continua cabendo ao Estado-nação o poder disciplinador do trabalho e da interveniência nos fluxos de mercados financeiros, mas um mesmo Estado vulnerável à crises fiscais e à disciplina do dinheiro internacional. (FIORI,1995)

Ao exponenciar o movimento de internacionalização da economia, é superada a articulação entre as economias nacionais que caracteriza o segundo pós-guerra, de sorte que as duas últimas décadas consubstanciam, assim, uma ‘economia global’ cujas forças se propõem a desbancar o Estado nacional. São reduzidas, assim, as iniciativas que buscam o exercício legítimo de controle do espaço nacional, fruto em parte – mas apenas em parte, posto que nada autoriza a crença de que este seja um movimento definitivo - de uma quadra em que profundas transformações redesenham as relações no mercado mundial. Em outros termos, os Estados nacionais, ao contrário do prometido alargamento dos horizontes, a bem da verdade acabam reduzindo-o na medida em que aderem aos programas de ajuste preconizados a partir dos imperativos das ‘finanças globalizadas’.

Não há dúvidas de que a “novíssima forma de dependência” (FIORI,1995) ultrapassa o relacionamento entre nações. Também se sabe que o dinamismo do mercado transnacionalizado se põe mais forte do que o dos próprios países centrais, ainda que contemplando os desideratos do poder e do dinheiro em conformidade aos interesses das economias que conformam o “núcleo orgânico do capital” (ARRIGHI,1995). É neste contexto que os programas de ajuste em curso nas economias nacionais se vêm às voltas com a necessidade de integração competitiva à economia mundializada; e estariam, por isso mesmo, condizentes com a realidade, mestra de uma prudência que impõe a nova pragmática do possível. Ocorre que não há condições - se é que houve em algum momento - de tomar por estabilizados os requerimentos e as possibilidades de desenvolvimento capitalista autosustentado em economias alijadas do núcleo orgânico, com o que vão se mostrando inexequíveis as experiências que buscam aprofundar os seus projetos de “capitalismo associado” aos países centrais.

Novos limites, engendrados especialmente nas últimas décadas, somam-se aos anteriores. Ao negligenciar que a perda de capacidade de determinação do desenvolvimento nacional – sempre relativa, é certo - não deriva apenas da reorganização capitalista mundial, mas principalmente da submissão aos receituários de ajuste, sobram soltos e desarticulados os ‘projetos’ de capitalismo associado, especialmente os fundados nas falsas expectativas de que a prolongação da nuvem especulativa resultaria benéfica. No meio tempo, alega-se que o ingresso de capitais deve capitanear novos investimentos produtivos, satisfazendo a condição substantiva para a retomada da atividade econômica sob o registro da estabilização das moedas locais. Sob esta ótica, assinala FIORI(1995) - [aqui citando KRUGMAN(1995) na

crítica à suposta novidade destas idéias], inexistiria alternativa e estaria estabelecida a ‘verdade econômica’: *mercados livres e dinheiro saudável como chave para o desenvolvimento econômico*.

Dessa perspectiva, parece oportuno considerar que o capital das empresas não mais integra o estoque de capital nacional, mas se transnacionaliza, segundo uma lógica própria dos grandes conglomerados financeirizados. Por conta disso, não há como exigir fidelidade desses capitais às economias nacionais, dado que a estratégia não se vincula ao desenvolvimento econômico dos países, mas àquela própria dos *global players*. A intensificação e mundialização da concorrência, nestas duas últimas décadas, lembra BELLUZZO(1995a), ensinam que o espaço da concorrência é criado pela estratégia e peso econômico e tecnológico dos grandes conglomerados, em estreita articulação com a face financeira do capital, segundo critérios de eficiência e economicidade.

Neste contexto de mercados ‘globalizados e livres’, a política econômica tem seu raio de ação reduzido, ao tempo em que vê modificados seu papel e significado, pois que agora trata de mostrar sua “credibilidade”(EATWELL,1996:12) junto ao capital transnacionalizado. Hoje, mais que ontem, a problemática do desenvolvimento nacional não se confunde com o problema de gestão interna de política econômica. Por isso, toda e qualquer alternativa de enfrentamento aos desafios contemporâneos depende da capacidade inventiva sobre a construção do futuro. Uma tarefa que começa pela identificação da atual complexidade do capitalismo contemporâneo, manifesta pela profundidade e velocidade com que ocorrem mudanças tecnológicas, novas formas de organização e estratégia das grandes empresas, na concorrência e na operação dos mercados financeiros, como denotam as últimas décadas.

3. As Transformações Recentes

Capturar os contornos da economia do final do século XX e início do XXI, sabemos, não é uma tarefa trivial. A dificuldade advém, de um lado, da velocidade e profundidade das transformações. Procurando compreendê-las, muitos esforços teóricos e analíticos, ainda que esclarecedores, se limitam a descrevê-las. De outro lado, a dificuldade também se estabelece a partir do conteúdo ideológico impregnado aos conceitos. Um esforço para superar essas limitações, e que apanhe o substrato da economia do final de século, passa pela identificação das formas como o desaparecimento das regras e das fronteiras deixa o capital entregue às suas próprias leis de movimento. Dizer isso é dizer que o quadro da *economia desregrada* do final de século é emoldurado pelos desdobramentos de duas ‘revoluções’, a da tecnologia da informação e a dos mercados financeiros, cuja interação dinâmica responde pelos contornos da “mundialização” (CHESNAIS,1994) - enquanto fase avançada do processo histórico de internacionalização.

A revolução da tecnologia da informação, juntamente com os fundamentos da transformação estrutural da economia, explicitam uma “economia da informação” (CASTELLS,1993), assentada na habilidade de criação de conhecimento novo e sua aplicação nas diversas e efetivas formas da atividade humana, através de procedimentos tecnológicos e organizacionais do processamento de informações. A economia da informação, na sua essência, tende a integrar produção e troca no espaço – não necessariamente homogeneizando as economias, é certo - e sua estrutura e lógica definem, no seio de uma desarranjada ordem mundial, uma nova divisão do trabalho.

Especialmente nestas duas últimas décadas, a fonte de produtividade e de crescimento econômico torna-se mais e mais dependente de aplicações de ciência e tecnologia, tanto quanto da qualidade de informação e gerência nos processos de produção, consumo, distribuição e comércio. Assim é que o incremento de produtividade ocorre não tanto como resultado da mera adição de capital e trabalho ao processo produtivo, e sim como fruto de uma mais eficiente combinação entre aguda penetração de ciência, tecnologia, habilidades de trabalho e *know-how* organizacional. Um traço distintivo da economia no final do século XX, portanto, está em que, quanto mais complexa e produtiva, maior a quantidade de componentes informacionais e mais destacado o papel desempenhado por novos conhecimentos e informações aplicados à produção no incremento da produtividade.

Observa-se uma extraordinária mudança da produção material em direção às atividades de processamento de informações. Tal transformação estrutural se expressa pelo crescente papel desempenhado pela manipulação de símbolos na organização da produção e na intensificação da produtividade. Com isso, a qualidade da informação e a eficiência em adquiri-la e processá-la constituem fatores estratégicos em termos de competitividade e produtividade de empresas, regiões e países.

A profunda transformação na organização da produção e da atividade econômica em geral revela que, de uma produção estandardizada em massa, passa-se para uma produção sob encomenda, flexível; e, de grandes organizações verticalmente integradas, para uma desintegração vertical com formação de redes horizontais interempresas. Quer em termos da estrutura interna das grandes corporações, quer da sua relação com uma rede de empresas auxiliares, a flexibilidade e a descentralização respondem por uma produção sem perda de economias de escala e adaptada aos diferentes mercados regionais e locais, ao tempo em que as vendas são dimensionadas em escala mundial. A transformação organizacional da economia vai além do tamanho da empresa, sem que isso contradiga a tendência fundamental de concentração do poder econômico em um pequeno número de poderosos conglomerados - entre 10 e 12 'atores globais' perseguindo estratégias de investimento em todos os mercados relevantes (COUTINHO,1995) -, e que, em termos de concentração espacial, cinco países avançados (Estados Unidos, Japão, Alemanha, França e Reino Unido) respondem por 172 das 200 maiores transnacionais (CLAIRMONT e CAVANAGH,1995).

A tendência atual à mundialização dos mercados - acompanhada dessa estruturação de redes interempresariais - favorece, pois, a concentração da concorrência mundial em poucos grupos. A expansão das transnacionais não ocorre nos moldes anteriores, mas por acordos e alianças que privilegiam, sob o ponto de vista tecnológico, antes o domínio sobre ativos estratégicos que o controle sobre produtos específicos.

As empresas têm recorrido à novas combinações entre investimentos internacionais, comércio e cooperação internacional para assegurarem sua expansão internacional e racionalizar suas operações. Desse modo, as estratégias internacionais do passado, fundadas sobre as exportações, ou as estratégias multidomésticas, assentadas sobre a produção e venda ao exterior, dão lugar à novas estratégias que combinam toda uma gama de atividades transfonteiras: exportações e aprovisionamentos ao estrangeiro, investimentos externos e alianças internacionais. As novas estratégias diluem fronteiras entre indústrias e setores, tal como demonstram a ampliação de serviços e o processo de terceirização, mudando o escopo da competição internacional, de mercados nacionais segmentados para níveis mais amplos de competitividade (EMMERIJ,1992), em que uma parte das vantagens é definida pelas novas tecnologias info-intensivas. As empresas que adotam tais estratégias se beneficiam de um grau elevado de coordenação, da diversificação das operações e de sua implantação local.

Com o crescimento do grau de interpenetração entre capitais de diferentes nacionalidades, o investimento internacional 'cruzado' e os movimentos de fusões e aquisições transfronteiras engendram uma estrutura de oferta mais concentrada a nível mundial. Dizer isso é dizer que, sob a nova fase da internacionalização, emergem "oligopólios mundiais" (CHESNAIS,1994) dentre um número crescente de indústrias. Formados sobretudo por grupos da tríade - americanos, japoneses e europeus, portanto -, eles delimitam entre si um espaço de concorrência e de cooperação privilegiado, protegido contra a entrada de novos concorrentes tanto no tocante a barreiras a entrada do tipo industrial quanto barreiras comerciais. Esse espaço se forma por meio da expansão mundial dos grandes grupos, de seus investimentos 'cruzados' cada vez mais 'intratríade' e da concentração internacional resultante das aquisições e fusões que eles efetuam para esse fim. Um espaço delimitado por relações de interdependência de um tipo particular, que vincula o pequeno número de grandes grupos, os que conseguem adquirir e conservar o estatuto de concorrente efetivo no plano mundial, dentro de uma dada indústria, ou dentro de um complexo de indústrias de tecnologia comum. O espaço é um lugar de concorrência, mas também de colaboração entre os grupos, e o caráter da competição não se circunscreve às grandes corporações multinacionais, mas atinge pequenas e médias empresas direta ou indiretamente conectadas ao mercado mundial através de suas relações com as redes.

As novas tecnologias de informação são um elemento crucial para conferir flexibilidade e descentralização à produção e ao gerenciamento, visto que unidades de produção e comércio podem funcionar autonomamente, ainda que funcionalmente reintegradas através de redes informatizadas. Por conta disso, são abertas e exploradas relações crescentemente sistêmicas, fundando a competitividade em novas bases. As novas tecnologias de informação constituem, assim, a base material para as transformações que buscam tornar a economia do final do século um espaço único de produção e troca e, nesse sentido, uma economia mundializada.

Mas, ao impulsionarem a mundialização, é preciso notar, as novas tecnologias também geram reações, expressas na emergência de blocos regionais. A difusão desigual da mudança tecnológica entre as economias centrais, revelada pela fragilização da liderança industrial dos Estados Unidos e ascensão do Japão e da Alemanha à condição de lideranças concorrentes, revela uma hegemonia internacional compartilhada entre as potências mundiais que, somada ao fim da Guerra Fria, explicita a passagem do sistema de uma bipolaridade militar, para uma tripolaridade econômica. Na medida em que, a partir dos anos 1970, Japão e Alemanha respondem à política de ajuste do balanço de pagamentos dos Estados Unidos e suas tentativas de manter a hegemonia do dólar, logrando uma reestruturação industrial que contrasta com o relativo “atraso americano”(DERTOUZOS,1989), o sistema tripolarizado torna-se instável. Uma instabilidade agravada, ainda, pelos desequilíbrios comercial e fiscal que tornam os Estados Unidos, antes credores, agora devedores. Isso explica, em boa medida, a forte ampliação dos movimentos de capitais e transações nos mercados de câmbio cada vez mais integrados.

As forças desencadeadas pela liberalização monetária e financeira se expressam no fato de que, em 1990, a liquidez concentrada nas mãos dos fundos de investimento mútuo, companhias de seguro e fundos de pensão alcança 133% do PIB americano e 108% do PIB britânico. No mesmo ano, os gestores americanos e europeus desses fundos concentram em suas mãos, sem os bancos e fundos de pensão japoneses, 8 trilhões de dólares. A esfera financeira representa, sem dúvida, a ponta avançada do movimento de mundialização do capital, em que as operações atingem o grau mais elevado de mobilidade. Não é por menos que o investimento externo direto do setor financeiro responde por uma maior interpenetração patrimonial nas economias capitalistas desde os anos 1980.

De outra parte, acentua-se o caráter financeiro dos grupos industriais e tem lugar uma lógica financeira do capital investido, inclusive na manufatura e em serviços. Desde o início dos anos 1980, a imbricação entre as dimensões produtiva e financeira da mundialização se manifesta sob novas formas. Ela se expressa pelos mecanismos novos e variados que as instituições financeiras colocam à disposição dos grupos para suas operações internacionais de aquisições e de fusões. A desintermediação financeira permite aos grandes grupos colocar os títulos diretamente nos mercados financeiros internacionais e, desde o início dos anos 1990, tem lugar um notável crescimento da importância das operações puramente financeiras dos grupos industriais. Os grupos transnacionais também desenvolvem e diversificam seus serviços financeiros, se reorganizando sob a forma de *holdings*, a fim de facilitar seu acesso às finanças, bem como desenvolvem uma atividade importante sobre o mercado de câmbio, seja recorrendo aos serviços de um banco do grupo, seja por meio da intermediação de seus próprios serviços especializados.

A desregulação - ou liberalização monetária e financeira -, a desintermediação e a descompartimentação dos mercados financeiros nacionais agem de forma interativa, constituindo as bases da transformação do regime monetário-financeiro internacional. A noção de ‘globalização financeira’ remete, pois, “tanto à descompartimentação interna entre funções financeiras diferentes e tipos de mercados diferentes (mercados cambial, de crédito, de ações e títulos de dívida), quanto à interpenetração externa dos mercados monetário e financeiro nacionais e sua integração nos mercados mundializados, aos quais eles se tornam subordinados”(CHESNAIS,1994, cap.10; 1995:20n9).

Uma das conseqüências mais importantes da liberalização e da desregulação é, sem dúvida, a perda de controle, quase completa, dos bancos centrais sobre as políticas monetária e cambial. As transações cambiais secundárias e o movimento de derivativos guardam estreita relação com a enorme volatilidade das taxas de câmbio, instabilizando as paridades. As taxas de juro de longo prazo, por seu turno, passam a ser, praticamente, fixadas pelos inversores institucionais, que comandam as tendências dos mercados

financeiros. Os movimentos das finanças internacionais, enormemente favorecidas pelas novas tecnologias da informação, mostram que os fluxos financeiros se autonomizam, impondo uma lógica financeira ao conjunto da economia e orientando-a por uma via que não necessariamente favorece a da criação de riqueza nova. Estamos assistindo, nesse caso, a um “duplo reducionismo: da política à economia e da economia às finanças” (PASSET,1995).

4. Um Quadro Aproximativo da Economia Desregrada

Do que foi posto, podemos reter que a *economia desregrada* que caracteriza o final de século XX e início do XXI resulta das transformações oriundas das novas tecnologias da informação e da crescente desregulação dos mercados financeiros, cuja interação dinâmica responde pelos contornos da “mundialização” - enquanto fase avançada do processo histórico de internacionalização. A nova realidade que emerge vem acompanhada de importantes impactos econômicos, sociais e políticos, os quais nos permitem desenhar um quadro aproximativo do capitalismo contemporâneo.

O desenvolvimento da ciência e de novas tecnologias da informação, para além de suporte do capital, hoje concorre enquanto efetiva força produtiva, e o conhecimento e o saber tornam-se mercadorias. O acesso privilegiado à informação, seu monitoramento e controle fundam a coordenação centralizada de interesses descentralizados, e a capacidade de resposta *em tempo real* a variações e mudanças - reais e ou expectativas - adquire caráter crucial. Se é verdade que o acesso ao conhecimento sempre foi importante em termos competitivos, a sua efetiva renovação permite não só atender as necessidades de uma produção flexível, mas também obter vantagens nos mercados monetários e financeiros. Destarte, a força capitalista reside, crescentemente, no monopólio da informação e dos conhecimentos.

Na medida em que produção, gestão e comércio superam as formas e métodos que presidiram o padrão fordista - “caracterizado pela rigidez” (HARVEY,1993) -, torna-se clara a ênfase atual da flexibilização e da descentralização. O capital tende a se reorganizar em redes interempresariais e as novas formas de gestão e de controle, apelando à modalidades mais complexas, favorecem a centralização do capital e a descentralização das operações dos grandes grupos na exploração de oportunidades oferecidas pelas tecnologias info-intensivas. A fragmentação e dispersão das esferas de produção tem a ver, assim, com as novas exigências do capital: que “a fluência mercantil não seja mais entravada e possa difundir-se livremente em todas as malhas do tecido social”, ao tempo em que, “graças a esta difusão, o objetivo de rentabilização do capital assumia a forma de uma ética individual, mesmo para aqueles que não pertencem à classe capitalista” - os microempresários “terceirizados” e “autonomizados”, que formam, junto com os trabalhadores sem qualificação, uma “população de precarizados” (ALLIEZ e FEHER,1988). Além da tendência à precarização do emprego - e dado que a nova forma de operação do capitalismo não mais inclui a sociedade no mercado de trabalho e consumo, mas a exclui -, o desemprego adquire novo caráter, estrutural e excludente. Sendo assim, e uma vez que “o capitalismo não parece capaz de oferecer quantidade adequada de empregos, apontando para desemprego estrutural e excludente” (HOBBSAWM,1995), somos obrigados a reconhecer que “a questão fundamental dos nossos tempos não é a justiça no sentido tradicional da distribuição, e sim a inclusão” (DAHRENDORF,1995).

Capital, produção, mercados, trabalho, informação e tecnologia estão organizados transversalmente às fronteiras nacionais. O Estado-nação está deixando de ser o ponto focal para o exercício do poder e de tomada de decisões. Ainda que os Estados nacionais continuem reconhecidos como realidades fundamentais no tocante a estruturas e processos econômicos, o fato significativo é que as estratégias econômicas dos grandes grupos já não dependem da economia nacional. Trata-se de uma economia própria aos *global players*, cujas estratégias de investimento, gestão dos meios de produção, concepção e comercialização dos produtos são definidas a partir da formação de redes informatizadas à escala mundial. A transnacionalização da economia pretende tornar desnecessária a figura do Estado. A perda da capacidade de conduzir um desenvolvimento parcialmente autocentrado e independente, o desaparecimento de uma certa especificidade dos mercados nacionais e a restrição à ação econômica do Estado e à capacidade de manejar políticas econômicas, são a afirmação do desiderato neoliberal de dispensa e rejeição do Estado nacional, ainda que continue sendo requerido para acordar as novas formas

de convivência e o ordenamento societário interno às fronteiras, bem como o poder disciplinador do trabalho e da interveniência nos fluxos de mercados financeiros.

A tendência atual à “mundialização” vem acompanhada de um movimento de polarização, que põe fim a uma tendência secular da integração e da convergência (CHESNAIS,1994). Uma polarização que se expressa internamente a cada país, na medida em que os seus efeitos são indissociáveis dos que resultam do fosso aberto entre as rendas mais elevadas e as rendas mais baixas, em razão da grande elevação dos rendimentos do capital-dinheiro. Uma polarização que é também internacional, por abrir um fosso brutal entre países situados no coração do núcleo orgânico capitalista e os países periféricos (ARRIGHI,1995). Afora um pequeno número de economias associadas aos três maiores pólos da Tríade, que durante os anos 80 se adaptaram aos novos ritmos da produtividade do trabalho e da competitividade, observa-se uma tendência bastante clara à marginalização dos países em desenvolvimento, marcada por um recuo muito forte dos investimentos externos diretos e das transferências de tecnologia. Esses países se vêm envolvidos, a um só tempo, por uma conjuntura mundial e pelas transformações tecnológicas sobrevindas do núcleo orgânico capitalista, no sentido da substituição de recursos tradicionais pelos produtos intermediários industriais resultantes das indústrias intensivas em pesquisa e desenvolvimento.

A reorganização do sistema financeiro internacional - de longe a expressão mais acabada da ‘globalização’-, por seu turno, leva à instauração de um “megamercado único do dinheiro”(PLIHON,1996) e à emergência de poderes ampliados de coordenação financeira, viabilizados pela desregulação, desintermediação e descompartimentação dos mercados. Isto favorece a formação de conglomerados financeiros, com a multiplicação dos intermediários não-bancários e dos inversionistas institucionais, ao tempo em que proliferam atividades e fluxos financeiros via novos instrumentos, transformando economias de crédito em economias de títulos (AGLIETTA,1995).

As transformações no sistema financeiro internacional respondem, em grande medida, por meio de seus impactos desestabilizadores, pela instabilidade da ordem monetária internacional, hoje operada à margem de bancos centrais submetidos à “capacidade da nova finança - e sua lógica patrimonialista - de impor vetos às políticas macroeconômicas” (BELLUZZO,1995b). Como sublinha PASSET(1995), “as grandes opções políticas que devem ser objeto de debates nacionais estão submetidas aos imperativos da esfera financeira. Confiscada por um pequeno número de atores, a marcha da economia se dobra às concepções de círculos de interesse que escapam à todo e qualquer controle”. Assim é que a financeirização da riqueza, exponenciada pelas inovações dos instrumentos financeiros e desregulação dos mercados que marcam as políticas econômicas ocidentais das duas últimas décadas (GLYN,1995), passa a presidir a lógica de valorização do capital, tornando claro o objetivo precípua do capitalismo: a expansão da riqueza abstrata.

Esta característica central e distintiva do capitalismo é, sob perspectivas teóricas diversas, sublinhada por Marx, Keynes e Polanyi, autores que investigam os fundamentos da riqueza capitalista. Por conta disso, defendemos que o recurso as suas contribuições é um exercício indesviável quando se busca os elementos teóricos basilares para se situar a temática das transformações recentes no interior de uma lógica imanente à *economia desregrada*.

5. Marx e a Auto-referência do Capital

A anatomia da sociedade capitalista, tal como apresentada em sua crítica da Economia Política, permite a MARX(1857-8; 1863 e 1867) assinalar a natureza histórica dessa modalidade de produção social. Ali, a compreensão do processo histórico das transformações econômicas reside no esclarecimento da complexa dinâmica interna do capitalismo. Tal dinâmica, entretanto, não se deixa capturar por meio de uma dimensão apenas, seja tecnológica ou econômica, mas requer considerar a impossibilidade de divórcio entre as relações sociais de produção e reprodução e as forças materiais de produção, visto tratar-se de um processo de unidade e contradição.

É a recorrente busca da abstração das formas particulares da riqueza que responde, pois, à lógica do processo de expansão do capital, que tanto mais se desenvolve quanto mais generalizado o crédito -

mecanismo concentrador e centralizador de capitais. E tanto mais encontra condições propícias quanto mais generalizada a concorrência. Isto porque “o influxo de uns capitais individuais sobre os outros se origina precisamente em que têm de comportar-se como *capital*; [de modo que] a ação aparentemente autônoma dos indivíduos e suas colisões não sujeitas a regras são, precisamente, o pôr-se de sua lei geral”(MARX,1857-8,II:175-6), dado que “o capital existe e somente pode existir como muitos capitais; por conseguinte, sua autodeterminação se apresenta como ação recíproca dos mesmos entre si”(MARX,1857-8,I:366).

Não se trata, pois, de uma concorrência que se desenvolve ao sabor dos interesses dos agentes racionais atomizados, idéia tão cara aos advogados da ‘mão invisível’, mas antes a eles é imposta: “a *livre concorrência* é a relação do capital consigo mesmo como outro capital, isto é, o comportamento real do capital como capital... [Ela] é o desenvolvimento livre do modo de produção fundado no capital; o desenvolvimento livre de suas condições e de si mesmo como processo que continuamente reproduz essas condições. Na livre concorrência, [as leis internas do capital] não se põem como livres ao indivíduo, senão que se põem como livres ao capital”(MARX,1857-8,II:167).

Estamos em uma quadra histórica em que o capital opera na escala mundial e na velocidade descritas por Marx, na sua lógica pura de acumulação e abstração. Mesmo para as economias do núcleo orgânico capitalista, esse capital e essa lógica de mercado, em tal intensidade e amplitude, prescindem cada vez mais da utilização da força de trabalho, de modo que instala-se o desemprego estrutural, embora tal desemprego dependa também de elementos conjunturais. Com isso, à medida que avançam os imperativos da *economia desregrada*, aumenta a redundância do trabalho vivo.

Na *economia desregrada*, as forças cegas e irracionais do mercado deixado a si mesmo expressam seu potencial destrutivo por meio da dominância financeira da valorização do capital. A influência dos mercados financeiros globalizados na determinação das políticas fiscais e monetárias evidencia que os interesses de curto prazo das instituições financeiras acabam por se tornar a “sabedoria econômica suprema” (HISRTeTHOMPSON,1998). As operações financeiras sem controle e sem regras encerram compromissos que não necessariamente decorrem de financiamento, na medida em que se configuram como operações especulativas assentadas em riscos. Boa parte dos instrumentos derivativos ilustra, *in limine*, o caráter fictício que assume o capital em seu processo de valorização auto-referenciada, já apontado por Marx. Ao referirem-se a transações creditícias e representações diversas de um capital público ou privado, as representações de capital comportam-se segundo a lógica de apropriação de rendimentos meramente financeiros.

É certo que, ao tempo de Marx, em que pesem as incipientes formas de manifestação do capital fictício, ele percebe como as instituições financeiras são capazes de fazer com que um crédito ou um título se desdobre sobre si mesmo. Na medida em que uma ação é um título que representa um fração da propriedade, o valor desse capital é regulado pelas operações tipicamente financeiras. Por conta disso, Marx identifica o caráter ambíguo que acompanha esse que é a “expressão máxima do capital a juros”, posto que, de uma parte, reconhece o amplo alcance do capital fictício na esfera financeira, seu caráter funcional, destacando que, sob as formas particulares de títulos de propriedade, pode vir a impulsionar o processo de acumulação e valorização de capital. Ações negociadas em mercados financeiros revelam que o capital fictício pode incrementar novos empreendimentos e o crescimento de empresas já existentes em proporções maiores, ao tempo em que induz a centralização de capitais por intermédio da ampliação de escalas de produção. Mas a maior mobilidade conferida ao capital, de outra parte e no entanto, pode bloquear o processo de acumulação e valorização sob bases produtivas, pois que o capital fictício proporciona uma dimensão na qual é invertido o resultado do tempo de circulação do capital, em que a condição de um tempo durante o qual é suspensa a capacidade do capital reproduzir a si mesmo, e daí reproduzir mais-valia, cede lugar à “circulação sem tempo de circulação” dos capitais.

Depreende-se, assim, que a tendência necessária do capital é a de abreviar o tempo de circulação - e se possível reduzi-lo a zero -, de modo que possa realizar uma “circulação sem tempo de circulação, e esta tendência é a determinação fundamental do crédito e dos mecanismos de crédito de capital”. É sob a forma distinta, de capital fictício - no exercício da funcionalidade apontada -, que o capital pode então se

ver ainda mais livre dos obstáculos eminentemente quantitativos e, a um só tempo, exponenciar os movimentos de concentração e centralização. E mais: o caráter social do capital somente se leva a cabo e se realiza em sua inteireza mediante o desenvolvimento pleno do sistema de crédito e do sistema bancário”. Este último, “por sua organização formal e sua centralização, é o produto mais artificioso e refinado que o modo capitalista de produção já pôde engendrar”. E, junto com o sistema de crédito, ambos “se tornam o mais poderoso meio de impelir a produção capitalista para além dos próprios limites e, a um só tempo, um dos veículos mais eficazes das crises e da especulação”.

Destarte, os novos produtos financeiros da atualidade decorrem de um processo de formação de mercados de caráter exclusivamente financeiro, revelando maior complexidade das cadeias de transações ‘derivadas’, o que sem dúvida pode ser tomado como a expressão mais acabada da natureza anárquica de uma esfera financeira que, crescentemente, se autonomiza e impõe seus desideratos ao conjunto do processo de valorização do capital. MARX(1863,III:406) assinala, a respeito e com acuidade, que “a total materialização, inversão e o absurdo do capital como capital a juros - no qual, sem embargo, não faz mais que manifestar a natureza intestina da produção capitalista sob sua forma mais tangível, o absurdo desta - é o capital que rende juros compostos e que aparece como um Moloch reclamando o mundo inteiro como sacrifício devido a seus altares, mas que, impulsionado por uma misteriosa fatalidade, nunca satisfaz, senão que vê sempre contra-arrestadas suas legítimas aspirações, nascidas da sua própria natureza”.

Marx ainda nos mostra os efeitos devastadores das taxas de juros elevadas, na medida em que contribuem para encurtar o horizonte dos investimentos de longo prazo em favor da rentabilidade de curto prazo. Assim, taxas de juros reais elevadas conduzem à supremacia do capital financeiro sobre o capital produtivo, fazendo com que as empresas não mais se sintam induzidas a investir e a crescer, em virtude do custo do endividamento superar o rendimento prospectivo do capital produtivo. As inversões financeiras, sob a forma de compra de títulos, tornam-se mais atrativas e rentáveis, de sorte que a economia deixa de ser orientada para os investimentos financiados pelo endividamento junto aos bancos para se orientar pelas políticas de ‘desendividamento’ e aplicações tipicamente financeiras, com o que se configurando a transição de uma “economia do endividamento” a uma “economia de fundos próprios”, nos termos de HICKS(1974).

É, pois, neste contexto que se desenvolve o capital fictício, isto é, os ativos financeiros negociáveis, como ações, debêntures, títulos cambiais, títulos de securitização, ‘futuros’ de mercadorias, dívida pública, etc. Quanto mais distantes de uma relação direta com estoques de capital ou mercadorias reais, mais autônomos os seus movimentos, pois seus ciclos de valorização e desvalorização deixam de ser referenciados no ritmo de emprego do trabalho produtivo (variação do produto). Tornam-se objeto de pura especulação, posto que são ativos mais líquidos que os créditos correspondentes aos do capital emprestado. Portanto, são encorajadas as posições especulativas, cujo objetivo é a realização dos rendimentos nas operações que não têm como objeto o financiamento do capital produtivo.

A propósito, e na esteira de Marx, HILFERDING(1910:113) observa: “se na ação industrial se facilita ainda esta ilusão, ao existir o capital industrial realmente ativo, o caráter fictício, puramente contábil, deste capital não apresenta dúvida diante de outros títulos. Os títulos públicos não precisam representar nenhum capital existente. O dinheiro emprestado na época pelos credores do Estado pode já ter-se dissolvido em fumaça de pólvora. Não são mais do que o preço por participar de uma parte do produto dos impostos anuais”.

Dizer isso é dizer que o traço distintivo do capitalismo contemporâneo está, precisamente, na incorporação crescente de práticas especulativas na gestão da riqueza. As experiências históricas, em suas particularidades, permitem apreender como as empresas industriais e financeiras se articulam sob distintas formas e modalidades, segundo os processos de industrialização que atravessam e as dimensões que os mesmos assumem em cada caso. É fato que as articulações entre bancos e indústria, que denotam as transformações estruturais do ‘capitalismo moderno’, são apreendidas ora como dominação, ora como interconexão, fusão ou associação. Também é certo que, por conta das especificidades de cada contexto nacional, a organização das grandes empresas assumam a modalidade de truste, cartel, grandes grupos ou conglomerado. A esses contextos específicos e a essas modalidades particulares se devem as diferentes

nuances de tratamento da dimensão financeira do capital em HILFERDING(1910) e HOBSON(1894), e mesmo deles em relação ao tratamento de Marx. Em que pesem as nuances aludidas, porém, importa registrar, aqui, a capacidade comum às contribuições teóricas em questão, qual seja a de sublinharem a tendência indesejável de predominância da lógica financeira de valorização do capital, capturada por meio da investigação do valor, do dinheiro e do capital e suas formas de manifestação, em um movimento que, crescentemente, subordina a apropriação privada do lucro e a correspondente acumulação de capital aos critérios e requisitos de valorização da riqueza em sua forma mais geral e abstrata.

Destarte, na contraposição que estabelece em relação à concepção clássica acerca do modo de operação da economia capitalista, Marx demonstra que a concorrência supõe o domínio do capital, sempre acompanhado das condições da sua própria reprodução e expansão: “quando se assevera que no marco da livre concorrência os indivíduos, obedecendo exclusivamente a seus interesses privados, realizam os interesses comuns ou gerais, não se diz outra coisa salvo que, sob as condições da produção capitalista, chocam-se reciprocamente e, por fim, que sua colisão é somente a reprodução das condições sob as quais ocorre essa ação recíproca”.

Ao desvendar a lógica do capital, assinalando sua natureza contraditória, Marx oferece, pois, um suporte irrecusável para a compreensão da dinâmica do capitalismo contemporâneo. A produção pela produção, cujo móvel e resultado indesejável é o acréscimo de valor monetário; o crédito como mecanismo concentrador e centralizador de capitais; e a valorização fictícia como desdobramento do capital a juros assumem, certamente, novas e importantes dimensões, como o próprio desenvolvimento do capitalismo contemporâneo está a demonstrar, sem que isso signifique, no entanto, terem sido alterados seu caráter e natureza.

Sob o capitalismo, a sua busca incessante pela valorização revela a natureza auto-referenciada do capital, como bem o demonstra MARX(1857-8,I:159), “enquanto o trabalho é trabalho assalariado e sua finalidade é imediatamente dinheiro, a riqueza geral é *posta* como objeto e finalidade da produção... A finalidade do trabalho não é um produto particular que está em uma relação particular com as necessidades particulares do indivíduo, mas sim o dinheiro, ou seja, a riqueza em sua forma universal... Fica então claro que, sobre a base do trabalho assalariado, a ação do dinheiro não é dissolvente, senão produtiva... Uma industriabilidade universal é possível somente ali onde cada trabalho produz a riqueza universal, não uma forma determinada dela; por conseguinte, ali onde a retribuição do indivíduo é dinheiro”.

Hoje, mais que antes, o capitalismo pretende dispensar qualquer instância domesticadora, qualquer camada de proteção ou freio regulador, e vão sendo colocados em xeque os mecanismos reguladores responsáveis pelo interesse público. Igualmente, vai sendo dispensado o Estado Nacional regulador, responsável em sua jurisdição pela administração do lucro e pela acumulação abstrata da mais-valia, uma dispensa que, ao fissurar a camada de segurança, desencadeia uma série de impactos econômicos e sociais cujo equacionamento mantém-se em aberto.

6. Keynes e o Fim do *Laissez-Faire*

Em sua crítica mais direta ao que advoga a crença liberal, Keynes assinala que em uma economia de mercado, monetária por excelência, não se verifica a convergência entre o interesse individual (preferência pela liquidez) e o social (produção, emprego e renda): “*Não* é verdade que os indivíduos possuem uma ‘liberdade natural’ prescritiva em suas atividades econômicas. *Não* existe um contrato que confira direitos perpétuos aos que já os têm ou aos que os adquirem. O mundo *não* é de forma alguma governado pela Providência de modo que sempre coincidam o interesse particular e social... *Não* é correto deduzir dos princípios da Economia Política que o auto-interesse esclarecido atue sempre a favor do interesse público. Nem é verdade que o auto-interesse *seja* em geral esclarecido... A experiência *não* demonstra que os indivíduos, quando integram um todo social, sejam sempre menos esclarecidos do que quando agem isoladamente”(KEYNES,CW IX:287-8).

O conflito de interesses é produto do funcionamento dos mecanismos dos chamados mercados livres, incapazes de equacionarem “os principais males da sociedade econômica em que vivemos [quais sejam] a sua incapacidade para proporcionar o pleno emprego e a sua arbitrária e desigual distribuição da riqueza e das rendas”(KEYNES,GT-CW VII:372).

Isso torna claro o equívoco dos pressupostos clássicos a respeito do modo de operação de uma economia capitalista: “a conclusão de que os indivíduos que agem de maneira independente para seu próprio bem produzem maior volume de riqueza, depende de uma série de pressupostos irrealistas, com relação à inorganicidade dos processos de produção e consumo, à existência de conhecimento prévio suficiente das suas condições e requisitos, e à existência de oportunidades adequadas para obter esse conhecimento prévio. Isto se dá porque os economistas geralmente reservam para uma fase posterior de sua discussão as complicações que surgem... eles guardam para uma fase posterior a sua análise dos fatos reais... consideram saudáveis as hipóteses simplificadas, e doentias as demais complicações”. (KEYNES,CW IX:284-5)

Com a acuidade que lhe permite perceber a degenerescência dos pressupostos da ordem liberal, e como inimigo declarado do padrão-ouro, já em 1925 Keynes condena a volta da Inglaterra a esse regime cambial, que seria definitivamente abandonado apenas no início dos anos 1930. A esse respeito, afirma, na *Teoria Geral*, que “é intelectualmente confuso o pensamento dos que advogam paridades cambiais fixas, combinadas ao livre fluxo de capitais internacionais. Sob a influência de uma teoria incorreta, arquitetou-se a mais perigosa técnica que se possa imaginar para manter o equilíbrio no balanço de pagamentos: combinar a política de taxas de juros com paridades rígidas nas taxas de câmbio. Isso significa que o objetivo de manter uma taxa de juros doméstica consistente com o pleno emprego estaria totalmente descartado. Como é impossível, na prática, ignorar os desequilíbrios nas contas externas, desenvolveu-se uma técnica de controle que, em vez de facilitar o uso das taxas de juros para objetivos internos, sacrifica-o em função de cegas forças externas”.

Keynes rejeita o padrão-ouro como instrumento internacional de pagamentos: “uma vez que entendo que a estabilidade de preços, crédito e emprego é de suma importância, bem como uma vez que não confio mais no velho sistema padrão-ouro para assegurar a estabilidade econômica, eu rejeito a política de restauração do padrão-ouro”. É de se notar, pois, que a preocupação central de uma política monetária, na acepção de Keynes, deve ser a estabilidade de preços associada à menor taxa de desemprego possível. Convém registrar, igualmente, que nos dias atuais, o exemplo das crises dos países ‘emergentes’ mostra o contrário, na medida em que as políticas de juros são usadas, sem limite, na defesa de regimes cambiais de eficácia duvidosa, tendo em vista, unicamente, objetivos de natureza externa. Keynes afirma que o padrão-ouro implica “um sistema em que o valor externo de uma moeda nacional está rigidamente vinculado a uma quantidade fixa de ouro, que só pode ser rompida honrosamente por motivos de força maior; além disso, envolve uma política financeira que obriga o valor interno da moeda a conformar-se a este valor externo, fixado em relação ao ouro. Por outro lado, constitui evidentemente uma outra questão o emprego do ouro apenas como um denominador comum adequado, através do qual são expressos de tempos em tempos os valores relativos de moedas nacionais, os quais podem ser alterados livremente”.

Para KEYNES(GT-CW VII,cap.23), na ausência de um sistema interno e organizado de crédito ou de empréstimos e investimentos externos, não há porque negligenciar a ‘política mercantilista’, posto que ela se coloca, nessa situação, como forma de manter uma gestão autônoma da política monetária, independente das flutuações dos fluxos externos de capitais: “em um tempo em que as autoridades não podiam agir diretamente sobre a taxa de juros interna, nem sobre os motivos que a governavam, os ingressos de metais preciosos, resultantes de uma balança favorável, eram os únicos meios indiretos de baixar a taxa de juros interna, isto é, de aumentar a incitação a realizar investimentos”.

Keynes realça a importância do ‘poderio financeiro’ para determinar a maior ou menor liberdade de execução das políticas monetárias, apontando para a hierarquia entre as moedas nacionais e sublinhando a capacidade inferior das economias devedoras e ‘dependentes’ se atrair recursos ‘livres’ para a aquisição de ativos e bens denominados na moeda nacional. Dessa diferença de poder financeiro nascem

importantes assimetrias, nos processos de ajustamento de balanço de pagamentos, entre países credores e devedores. (BELLUZZO,1999:97)

Ao analisar as questões relativas ao padrão-ouro, Keynes toma a experiência das décadas de 1920 e 1930 acerca do movimento dos capitais como desastrosa, e mostra que a combinação entre mobilidade de capitais e paridades cambiais insustentáveis e desacreditadas daquele padrão são responsáveis pelo agravamento dos desequilíbrios financeiros e pela desorganização dos fluxos de comércio que levam à Depressão. Quando das negociações de Bretton Woods, Keynes explicita a sua tese sobre a ‘verdade mercantilista’, avançando sobre as relações entre um novo sistema monetário internacional e as moedas, as taxas de juros e o nível de emprego de cada uma das economias nacionais. Nesse sentido, Keynes argumenta favoravelmente a um sistema de controle direto dos fluxos financeiros de curto prazo, por meio da criação de um banco central supranacional (*Clearing Union*) e de seu Plano Bancor, com taxas de câmbio fixas mas ajustáveis, e um mecanismo de gatilho para fazer com que uma parte maior do ônus decorrente da eliminação dos déficits de conta corrente recaísse sobre os países com excedentes. Propõe, assim, a execução de uma gestão das necessidades de liquidez do comércio internacional e dos problemas de ajustamento entre países credores e devedores. Nestes termos, e por ressaltar a incompatibilidade entre a livre movimentação de capitais e a estabilidade econômica, Keynes defende a limitação aos fluxos financeiros de curto prazo como forma de contemplar o crescimento estável do comércio internacional e uma maior liberdade das políticas nacionais com vistas ao pleno emprego e ao crescimento econômico.

KEYNES (CW XXV:87) reconhece que “nenhum país pode... permitir com segurança a fuga de fundos.... Da mesma forma, nenhum país pode receber com segurança... esses fundos (de *portfolio*) que não podem ser usados com segurança para investimento fixo”. No Prefácio da sua proposta da *Clearing Union*, KEYNES(CW XXV:168-9) fornece os contornos do reordenamento necessário: “(a) precisamos de um instrumento de circulação internacional com aceitabilidade geral entre as nações ... um instrumento usado por cada uma das nações em suas transações com as demais, operando através de um órgão nacional qualquer, como um Tesouro ou um banco central... (b) precisamos de um método acordado de determinação dos valores de câmbio relativos das unidades monetárias nacionais ... (c) precisamos de um montante de moeda internacional que não seja determinado de maneira imprevidente, mas controlado pelas exigências [de liquidez] atuais reais do comércio mundial, e capaz de expansão deliberada... (d) precisamos de um sistema que contenha um mecanismo interno de estabilidade... (e) precisamos de um plano acordado para encetar todo país depois da guerra com um estoque de reservas apropriadas à sua importância no comércio mundial... (f) precisamos de um método pelo qual os saldos credores excedentes provenientes do comércio internacional que o receptor não queira empregar possam ser ativados... sem detrimento da liquidez desses saldos (g) precisamos de uma instituição central ... para dar suporte a outras instituições internacionais voltadas para o planejamento e a regulação da vida econômica mundial”.

Fundado nestas que, para ele, são as relações ideais, o sistema monetário internacional poderia impedir o retorno à competição monetária do entre-guerras e ao padrão-ouro, evitando assim que os governos se vissem obrigados a elevar automaticamente suas taxas de juros, contrair o crédito e gerar desemprego como forma de ajustarem seus balanços de pagamentos. Não por menos, em discurso à Câmara dos Lordes, em 1944, afirma: “nós repudiamos os instrumentos de taxa de juros e contração de crédito que operam no sentido de aumento do desemprego como um meio de forçar nossa economia a se alinhar a partir de fatores externos”.

Em sua proposta de reforma monetária internacional, o *bancor* busca estabelecer uma regulação da moeda e do sistema internacional de pagamentos de modo a confiar ao ouro apenas a fixação da unidade de conta da moeda universal, não podendo os contratos e as transações serem liquidados a não ser por meio da moeda bancária internacional. As propostas de reforma monetária internacional de Keynes convergem, pois, para a criação de um poder monetário autônomo, um banco central mundial, responsável pela gestão da moeda internacional própria que prescindia da função reserva de valor do sistema e, portanto, de instrumento universal da preferência pela liquidez.

Keynes argumenta que o sistema proposto visa facilitar a restauração de uma política de empréstimos internacionais que tenha a capacidade de discriminar os propósitos de empréstimo... entre

movimentos de capitais de curto prazo e de fundos de novos investimentos para o desenvolvimento dos recursos mundiais. No arranjo institucional proposto por Keynes, certamente não cabe a livre movimentação de capitais de curto prazo, com o que podem ser evitados os impactos disruptivos dos fluxos de capitais especulativos e as dificuldades das autoridades monetárias em conter a volatilidade das taxas de juros e de câmbio.

Tal como nas demais contribuições teóricas inovadoras de Keynes - em que pese a multiplicidade de polêmicas e controvérsias geradas - a proposta de reforma do sistema monetário internacional está marcada pela insatisfação do autor com os cânones estabelecidos pela ciência econômica então hegemônica, fundada na ficção da mão invisível do mercado. Não é outra a motivação que leva Keynes a demonstrar, com consistência e coerência, que uma economia de mercado ao sabor do jogo de suas forças sempre se manifesta incapaz de alcançar, permanecer ou retornar ao pleno emprego. Suas ácidas e bem fundamentadas críticas à doutrina e à política do *laissez-faire* mostram que Keynes as considera absolutamente inadequadas para o equacionamento e para a solução dos problemas econômicos e sociais, especialmente o desemprego. Daí as suas próprias proposições de políticas ativas a serem encampadas e implementadas por meio da ação do Estado. A advocacia favorável às intervenções governamentais resulta não apenas do caráter alternativo e revolucionário da sua construção teórica, mas porque dela se desdobram políticas econômicas capazes de contra-arrestar a tendência intrínseca ao próprio modo de operação do capitalismo: gerar desemprego e injusta distribuição da renda e da riqueza.

Observamos que a preocupação maior de Keynes a esse respeito deriva de seu ceticismo em relação à capacidade de auto-regulação do mercado, e por isso refere-se à necessidade de o Estado assumir maior responsabilidade na organização dos investimentos, por meio de uma política de regulação que vise minimizar a instabilidade. A ação do Estado defendida por Keynes deriva da identificação que ele faz acerca da natureza intrinsecamente instável da economia capitalista, cujo modo de operação é marcado pela contradição entre racionalidade individual e social, antes que pela harmonia social advogada pelos adeptos do *laissez-faire*. A ação do Estado, um justificado meio de a sociedade exercer o controle consciente sobre a economia, é a resposta de Keynes à incapacidade de auto-regulação da economia capitalista, posto que a operação da ‘mão invisível’ não produz a harmonia apregoada entre o enriquecimento privado e a criação de riqueza nova para a sociedade.

7. Polanyi e a Auto-regulação Imposta

Em sua obra mais prestigiada, *A grande transformação*, POLANYI(1944) procura desvendar a gênese da economia capitalista, através da desmistificação do caráter natural e eterno atribuído ao mercado pelo liberalismo econômico. Busca, assim, desvelar como a categoria fundante do livre-mercado é teórica e historicamente engendrada. A tarefa a que se propõe requer, a um só tempo, que sejam desnudados os processos pelos quais o mercado separou-se das demais instituições sociais, pretendendo-se auto-regulável, na esteira de uma esfera econômica autônoma com intenção de dominar a sociedade.

Ao enfatizar o caráter arbitrário das estruturas do mundo da produção e da distribuição de mercadorias, POLANYI(1944:83 e 84) demonstra ter claro que a ontologia do *homo economicus* é a expressão de um capitalismo emergente que demanda a instituição do econômico como instância distinta, dirigindo e determinando a vida social: “um mercado auto-regulado exige, no mínimo, a separação institucional da sociedade em esferas econômica e política” e, no plano histórico, “a sociedade do século XIX revelou-se, de fato, um ponto de partida singular, no qual a atividade econômica foi isolada e imputada a uma motivação econômica distinta”.

A economia, em Polanyi, está assim referida ao paradigma do sistema de mercado, que é o que ele analisa criticamente, em contraposição a uma noção genérica e generalista de economia como toda e qualquer forma de organização da produção e distribuição de bens. O conceito de mercado, igualmente, não é uma referência a formas variadas que assumem os mercados ao longo da história, mas uma demarcação clara a respeito do *sistema de mercado* ou *economia de mercado*: “é justamente esse sistema auto-regulado de mercado o que queremos dizer com economia de mercado”... “uma economia dirigida

pelos preços do mercado”, observa o autor(id.:58e59). Trata-se, então, de algo historicamente datado, instauração dramática do paradigma do interesse próprio, do mercado auto-regulado, cuja implantação se dá sob a égide das “mercadorias fictícias”: terra, trabalho e dinheiro.

Polanyi compreende a natureza e o alcance da cristalização do novo pensamento, que se transformaria em pensamento único do pós-guerra. Em sua crítica ao liberalismo da etapa 1880-1945, responsável pela “catástrofe”, ataca de frente o núcleo duro da utopia capitalista. Mostra que o trabalho, a terra e o dinheiro só podem ser tratados como mercadorias se se paga o preço da alienação humana e da sua degradação, da negação da relação de poder Estado-moeda em benefício da especulação financeira. Estes os três fundamentos da irracionalidade do liberalismo que ressurgem a partir do esgotamento do consenso keynesiano.

Lá, como agora, a estabilização da moeda torna-se o ponto fulcral do pensamento político e das práticas dos governos; é quando o pagamento das dívidas externas torna-se a pedra de toque da racionalidade política; é, pois, o tempo em que a restauração do padrão monetário é o objetivo supremo de todo o esforço organizado na área econômica. Como bem assinala o autor, nenhum sacrifício, nenhuma violação da soberania, é tido como demasiado grande para recuperar a integridade monetária. O desemprego causado pela deflação, o abandono dos direitos nacionais e a perda das liberdades constitucionais passam a ser vistos como o preço justo a se pagar.

A segunda década do século XX assiste ao apogeu do liberalismo, e os anos 1930 ao seu desmoronamento, posto que, com o *crash* de 1929, os Estados Unidos elevam suas taxas de juros e desvalorizam substancialmente o dólar, com todas as implicações que essas mudanças representam às demais economias. Ao buscarem manter a estabilidade monetária e cambial, através do respeito ao padrão-ouro, bem como sustentar seu acesso ao mercado internacional, essas economias assistiram a uma verdadeira devastação, conforme ocorrem a multiplicação de cotas de importação, declaração de moratórias, sistemas de compensação e controles do comércio exterior e do câmbio. A proteção do livre-mercado se traduz, então, em seu próprio estrangulamento, mostrando-se infrutíferos os esforços para proteger o valor externo da moeda como meio de comércio exterior.

Ao desvendar a gênese da economia capitalista, em um movimento de desmistificação do caráter natural e eterno atribuído ao mercado pelo liberalismo econômico, Polanyi mostra como a categoria fundante do livre-mercado é teórica e historicamente engendrada. Daí a necessidade de desnudar os processos pelos quais o mercado separou-se das demais instituições sociais, pretendendo-se auto-regulável, na esteira de uma esfera econômica autônoma com intenção de dominar a sociedade.

Por conta disso, Polanyi sugere que a extensão das instituições do mercado ao longo do século XIX é responsável pela reação política na forma de associações e grupos de pressão, os quais, em última instância, comprometem a estabilidade do sistema de mercado. Ele atribui ao padrão-ouro um lugar de destaque entre as instituições do *laissez-faire* em resposta às quais se dá essa reação, observando a politização das relações econômicas como contribuinte para a derrocada do sistema monetário internacional. Daí que expõe como o funcionamento do sistema de câmbio fixo encontra resistências na politização do ambiente das políticas econômicas, argumentando que a disseminação do sufrágio universal e do fortalecimento da representatividade democrática é a expressão mais acabada da reação contra a tirania das formas de mercado impostas com vistas a manutenção e defesa do padrão-ouro. Dizer isso é dizer que a politização do ambiente da condução da política econômica se ergue como contraponto capaz de questionar a viabilidade do próprio padrão-ouro.

Pois bem, o segundo pós-Guerra vê surgir um sistema de flexibilidade administrada em que os controles de capital buscam conciliar o desejo de estabilidade do câmbio com demais objetivos de política econômica. É um período marcado pela politização do ambiente de política econômica, no qual a ressurgência das forças de mercado compromete a eficácia dos controles de capital, forças essas capazes de anular os esforços dos governos na administração de suas moedas: havia apenas consciência limitada que as políticas do banco central poderiam estar voltadas para metas como o desemprego. E qualquer que fosse esta consciência, ela teria pequeno impacto na política adotada, dado o escopo limitado dos direitos políticos e sociais, a fraqueza dos sindicatos, e a ausência de partidos trabalhistas no parlamento.

Igualmente, implementar políticas macroeconômicas independentes é algo que não condiz com os desideratos da *economia desregrada*, especialmente para os países de moedas fracas, posto que a resposta quase automática vem sob a forma de fuga de capitais. Daí que, para o funcionamento regular do sistema, os governos devem se mostrar capazes de praticar políticas macroeconômicas ao largo das pressões internas que queiram ou possam se contrapor ao bom desenvolvimento e a aplicação dos ‘padrões de boa conduta’ ditados pelo mercado - ou por organismos multilaterais que respondam pelos interesses das finanças. Dizer isso é dizer que ou são refreados os ‘ímpetus democráticos’ internos ou se rompe com as regras e a paridade do sistema via controle do movimento de capitais.

A importância da contribuição de Polanyi, nesses termos, se evidencia pela singular demonstração de como o livre-mercado e a acepção clássica da economia simplesmente não subsistem fora dos marcos estreitos e datados do paradigma do sistema de mercado e, pois, de como a crise de 1929, as duas guerras mundiais, o fim do padrão-ouro e do livre-mercado desnudam o caráter artificial e fictício dos mercados de mão-de-obra, terra e dinheiro, ao tempo em que desvelam a natureza anti-humana de uma tal arquitetura social. Deixada por si só, a sociedade regida pelo mercado pode degenerar, e a superação desse verdadeiro “drama da civilização” apenas poderia ser alcançada por meio da ‘reincrustação’ das ações econômicas no tecido social, como ensaiado pelo arranjo societário expresso nas diferentes experiências de construção do *welfare state*.

As sociedades de mercado não são consequência do acaso ou da evolução, mas do artifício da intervenção política sistemática e recorrente: “o caminho para o livre mercado foi aberto, e manteve-se aberto, em virtude do enorme crescimento de um intervencionismo contínuo, centralmente organizado e controlado”, argumenta Polanyi. Assim é que mercados controlados são, antes, norma em qualquer sociedade, ao passo que os mercados livres são produto de estratégias, planos e coerção política, de modo que o livre mercado é produto final da engenharia social e da vontade política obstinada, e sua exequibilidade no século XIX só se explica enquanto as instituições democráticas em funcionamento são deficientes. Destarte, o projeto de *economia desregrada* do final do século XX e início do XXI parece requerer, igualmente, que “as regras do jogo do mercado [sejam] isoladas da deliberação democrática. A democracia e o livre mercado são rivais, não aliados” (GRAY,1999:29).

Uma economia de mercado requer que “nada que iniba a formação de mercado deve ser permitido nem deve ser admitida a formação de renda que não seja através de vendas. Nem deve haver qualquer interferência em relação ao ajuste de preços para modificar as condições de mercado – sejam os preços das mercadorias, do trabalho, da terra ou do dinheiro. Portanto, deve haver não apenas mercados para todos os produtos da indústria, mas também não deve ser aprovada nenhuma medida ou política que possa influenciar a ação desse mercado. Nem preço, nem oferta, nem procura devem ser fixados ou regulados; apenas cabem aquelas políticas e medidas destinadas a ajudar a garantir a auto-regulação do mercado pela criação de condições que façam do mercado a única força organizada na esfera econômica”.

Essa a descrição de Polanyi acerca da legislação exigida para criar uma economia de mercado no século XIX. Certamente ele se ajusta à perfeição, e com igual vigor e pertinência, ao projeto da atual *economia desregrada* que caracteriza o capitalismo contemporâneo. A *raison d’être* de qualquer governo é a capacidade de proteger seus cidadãos da insegurança. Um regime de *laissez-faire* global que impede os governos de cumprir esse papel protetor está criando as condições para uma instabilidade política, e econômica, ainda maior. (GRAY,1999:33)

8. Nota Conclusiva

A quadra histórica das últimas décadas do século XX e início deste novo século evidencia uma profunda transformação por que passam a economia e sociedade contemporâneas, mas transformação referida à avassaladora imposição do sistema de mercado, cujos dogmas voltam à no fim dos anos 1970, no plano das idéias e de certas práticas governamentais, suscitando a questão bem colocada por BRUNHOFF(1986:21): “a ‘grande transformação’ não teria sido então irreversível?”. Ocorre que a economia trata de se libertar dos grilhões da sociedade”(BELLUZZO,1995:20). São, pois, transformações

que sugerem a exacerbação de características iminentes do capitalismo e, nesse sentido, requerem o reconhecimento das importantes contribuições de Marx, Keynes e Polanyi, na exata medida em que os autores bem demonstram a falácia do mercado auto-regulável. Requerem, ainda, o reconhecimento de que “o fato fundamental não é que o capitalismo não mais funciona tão bem quanto na Era de Ouro, mas que suas operações se tornaram incontroláveis” (HOBBSAWM,1995); que a natureza contraditória do dinheiro requer cuidadoso controle (POLANYI,1944); na medida em que sua finalidade é o enriquecimento, a valorização do valor (MARX,1863); não existindo algo como a liquidez do investimento para a comunidade como um todo (KEYNES,1936). Afinal, trata-se de um mundo, uma vez mais, regido pelas leis das finanças, em que se assiste a uma irrefreável inundação da economia de produção por uma lógica de valorização da riqueza abstrata; um mundo, enfim, em que o triunfo das finanças ‘globalizadas’ e a redução da capacidade de disciplinar social e politicamente a economia são as marcas mais fortes da *economia desregrada*.

Referências

- AGLIETTA, M. 1995. *Macroeconomie financière*. Paris, Editions La Découverte.
- ALLIEZ, E. e FEHER, M. 1988. Os estilhaços do capital. In: ALLIEZ, E. et al. *Contratempo: ensaios sobre algumas metamorfoses do capital*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1988.
- ARRIGHI, G. 1995. A desigualdade mundial na distribuição de renda e o futuro do socialismo. In: SADER, E. org. *O mundo depois da queda*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.
- BELLUZZO, L.G.M. 2003. Nostalgia do futuro. *Carta Capital* (222), janeiro.
- BELLUZZO, L.G.M. 1999. Finança global e ciclos de expansão. In: FIORI, J.L. org. *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis, Vozes, 1999.
- BELLUZZO, L.G.M. 1997. Dinheiro e as transfigurações da riqueza. In: TAVARES, M.C. e FIORI, J.L. orgs. *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis, Vozes, 1997.
- BELLUZZO, L.G.M. 1995a. Reformas na contramão da história. *Carta Capital* (12) 52, junho.
- BELLUZZO, L.G.M. 1995b. O declínio de Bretton Woods e a emergência dos mercados “globalizados”. *Economia e Sociedade* (4), Campinas, Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, junho.
- BOBBIO, N. 1988. O novo liberalismo. In: BOBBIO, N. *Liberalismo e democracia*. São Paulo, Brasiliense, 1988.
- BOBBIO, N. 1984. Liberalismo velho e novo. In: BOBBIO, N. *O futuro da democracia; uma defesa das regras do jogo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.
- BRUNHOFF, S. de. 1986. *A hora do mercado: crítica do liberalismo*. São Paulo, Unesp, 1991.
- CASTELLS, M. 1993. The informational economy and the new international division of labor. In: CARNOY, M. et al. eds. *The new global economy in the information age: reflections of our changing world*. Penn State Press, 1993.
- CHESNAIS, F. 1994. *La mondialisation du capital*. Paris, Syros.
- CLAIRMONT, F.F. e CAVANAGH, J. 1995. Sous les ailes du capitalisme planétaire. *Le Monde diplomatique*, novembro.
- COSTA, J.F. 1994. Que fim levou a política? *Folha de São Paulo*, Caderno Mais!, p.12, 09/10/1994.
- COUTINHO, L.G. 1995. Notas sobre a natureza da globalização. *Economia e Sociedade* (4). Campinas, Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, junho.
- DAHRENDORF, R. 1995. *Quadrare il cerchio: benessere economico, coesione sociale e libertà politica*. 4a. ed. Roma-Bari, Laterza.
- DERTOUZOS, M.L. et al. 1989. *Made in America: regaining the productive edge*. Cambridge, MIT Press.
- EATWELL, J. 1996. Unemployment on a world scale. In: EATWELL, J. ed. *Global unemployment: loss of jobs in the '90s*. New York, Armonk, M.E. Sharpe, 1996.
- ECO, U. 1995. Entrevista a Contardo Calligaris, *Folha de São Paulo*, Caderno Mais!, 14/05/95.
- EICHENGREEN, B. 1999. *Toward a new international financial architecture: a practical post-Asia agenda*. Washington, D.C., The Institute for International Economics.
- EICHENGREEN, B. 1996. *Globalizing capital: a history of the international monetary system*. Princeton, Princeton University Press.
- EMMWERIJ, L. 1992. Las transformaciones de la economía mundial y el financiamiento del desarrollo latinoamericano. *Comercio Exterior* 42 (10), Cidade do México, outubro.
- FIORI, J.L. 1999a. Introdução: De volta ‘a questão da riqueza de algumas nações. In: FIORI, J.L. org. *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis, Vozes, 1999.
- FIORI, J.L. 1999b. Estados, moedas e desenvolvimento. In: FIORI, J.L. org. *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis, Vozes, 1999.
- GLYN, A. 1995. Os custos da estabilidade: os países capitalistas avançados nos anos 80. In: SADER, E. org. *O mundo depois da queda*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.
- GOODHART, C.E. 1995. Dinâmicas financeiras privadas e o desafio às políticas dos bancos centrais. *Economia e Sociedade* (4), Campinas, Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, junho.

- GRAY, J. 1998. *Falso amanhecer: os equívocos do capitalismo global*. Rio de Janeiro, Record, 1999.
- GUTTMANN, R. 1996. A transformação do capital financeiro. *Economia e Sociedade*(7). Campinas, Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, dezembro.
- HARVEY, D. 1993. *A condição pós-moderna*. São Paulo, Edições Loyola.
- HICKS, J. 1974. *The crisis in keynesian economics*. Oxford, Basic Blackwell.
- HILFERDING, R. 1909. *El capital financiero*. Madrid, Tecnos, 1973.
- HIRST, P. e THOMPSON, G. orgs. 1996. *Globalização em questão: a economia internacional e as possibilidades de governabilidade*. Petrópolis, Vozes, 1998.
- HOBBSAWM, E. 1995. *Era dos extremos; o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo, Companhia das Letras.
- HOBSON, J.A. 1894. *A evolução do capitalismo moderno*. São Paulo, Abril Cultural, 1983.
- IMF. 2001. New challenges for exchange rate policy. <http://www.imf.org> , janeiro.
- KEYNES, J.M. 1940-44. *Activities 1940-1944 - Shaping the post-war world: the clearing union*. in: CW XXV, London, MacMillan, 1980.
- KEYNES, J.M. 1937a. The general theory of employment. *Quartely Journal of Economics*, fevereiro. Reimpresso in: MOGGRIDGE, D. org. *The general theory and after - II. Defense and development*. The Collected Writings of John Maynard Keynes (CW) XIV, London, MacMillan, 1973.
- KEYNES, J.M. 1937b. The theory of the rate of interest. In: GAYER, A.D. org. *The lessons of monetary experience: essays in honour of Irving Fisher*. Reimpresso in: CW XIV, London MacMillan, 1973.
- KEYNES, J.M. 1937c. Alternative theories of the rate of interest. *Economic Journal*, junho. Reimpresso in: CW XIV, London MacMillan, 1973.
- KEYNES, J.M. 1936. *The general theory of employment, interest and money*. Reimpresso in: CW VII, London, MacMillan, 1973.
- KEYNES, J.M. 1933a. A monetary theory of production. CW XIII e CW XXIX, London, MacMillan, 1979.
- KEYNES, J.M. 1933b. The means to prosperity. Reimpresso in: *Essays in Persuasion*. CW IX, London, MacMillan, 1972.
- KEYNES, J.M. 1931a. The end of the gold standard. Reimpresso in: *Essays in Persuasion*. CW IX, London, MacMillan, 1972.
- KEYNES, J.M. 1930. *A treatise on money*. (I) e (II). Reimpresso in: CW V e CW VI, London, MacMillan, 1971.
- KEYNES, J.M. 1926. The end of laissez-faire. Reimpresso in: CW IX, London, MacMillan, 1972.
- KEYNES, J.M. 1923. *A tract on monetary reform*. Reimpresso in: CW IV, London, MacMillan, 1971.
- KEYNES, J.M. 1921. *A treatise on probability*. Reimpresso in: CW VIII, London, MacMillan, 1973.
- KRUGMAN, P. 1995. Dutch tulips and emergin markets. *Foreign Affairs*, julho-agosto.
- LASCH, C. 1995. *A rebelião das elites e a traição da democracia*. Rio de Janeiro, Ediouro.
- MARX, K. 1867. *El capital*. México, Fondo de Cultura Económica, 1966.
- MARX, K. 1863. *Teorias sobre la plusvalia*. México, Fondo de Cultura Económica, 1980.
- MARX, K. 1857-8. *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política*. 10a. ed. México, Siglo XXI, 1978.
- PASSET, R. 1995. Emprise de la finance. *Le Monde diplomatique*, novembre.
- PETRAS, J. 1995. O pragmatismo desarmado. In: PETRAS, J. *Ensaaios contra a ordem*. São Paulo, Scritta.
- PLIHON, D. 1996. A ascensão das finanças especulativas. *Economia e Sociedade* (5), Campinas, Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, dezembro.
- PLIHON, D. 1994. Mouvements de capitaux et instabilité monétaire. *Cahiers Economiques et Monétaires* (43), Paris. Banque de France.
- POLANYI, K. 1968. Our obsolete market mentality. In: DALTON, G. ed. *Primitive, archaic and modern economies - essays of Karl Polanyi*. Boston, Beacon Press. 1968.
- POLANYI, K. 1944. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro, Campus, 1980.
- POLANYI, K. et al. orgs. 1957. *Trade and market in the early empires: economies in history and theory*. Chicago, Free Press.
- TAVARES, M.C. e MELIN, L.E. 1997a. Pós-escrito 1997: a reafirmação da hegemonia americana. In: TAVARES, M.C. e FIORI, J.L. orgs. *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis, Vozes, 1997.